

*A segregação socioespacial no pensamento geográfico:  
tendências e perspectivas, rupturas e desafios*

*La segregación socioespacial en el pensamiento geográfico:  
tendencias y perspectivas, rupturas y retos*

*Sociospatial segregation in geographical thought: trends  
and perspectives, ruptures and challenges*

Igor Martins Medeiros Robaina  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Universidad de Burgos  
imartins@ubu.es

Gonzalo Andrés López  
Universidad de Burgos  
gandres@ubu.es

Carlos Hugo Soria Cáceres  
Universidad de Burgos  
chsoria@ubu.es

---

**Resumo**

A segregação socioespacial se caracteriza como um fenômeno expressivo em muitas cidades no planeta e um tema de grande interesse científico. Desde a visibilidade das análises no primeiro quarto do século XX até os dias atuais, diferentes foram os entendimentos e as abordagens sobre o assunto. A Geografia enquanto campo do conhecimento moderno se insere como um dos grandes contribuidores em termos de subsídios teóricos e metodológicos para a compreensão da temática. Para isso, se percorre metodologicamente um amplo levantamento bibliográfico e uma análise específica de recuperação sistemática da trajetória da segregação socioespacial urbana no domínio da história do pensamento geográfico e suas relações diretas com outros campos disciplinares e a questão espacial. Assim, se estabelece quatro períodos distintos, a partir de diferentes perspectivas e transformações, não registrando somente a importância de cada um deles para o campo disciplinar e para o debate científico ao longo da história, mas estabelecendo também, os inúmeros desafios, divergências, possibilidades e controvérsias que orbita o tema na Geografia e nas ciências humanas e sociais.

**Palavras-chave:** Geografia; Segregação socioespacial; História do pensamento geográfico; Geografia urbana.

---

### Resumen

La segregación socioespacial se caracteriza como un fenómeno expresivo en muchas ciudades del planeta y es, a su vez, un tema de gran interés científico. Partiendo de los análisis iniciales llevados a cabo durante el primer cuarto del s. XX y hasta nuestros días, han sido muchos y diversos los enfoques desde los que se ha abordado esta temática. La Geografía, como campo de conocimiento moderno, contribuye de forma especial a través de diferentes aportes teóricos y metodológicos. Teniendo en cuenta estos aspectos, en esta investigación se propone una metodología basada en un amplio levantamiento bibliográfico, apoyada a su vez en un análisis específico de la segregación socioespacial urbana en el ámbito de la historia del pensamiento geográfico y sus relaciones directas con otros campos de estudio. De este modo, se establecen cuatro períodos distintos a partir de diferentes perspectivas y transformaciones, tomando como referencia no solamente la importancia de cada uno de ellos para la disciplina, sino de forma paralela el debate generado a lo largo de la historia. Del mismo modo, se proyectan desafíos, discrepancias, posibilidades y controversias tanto en el ámbito estrictamente geográfico como en otros vinculados a las ciencias humanas y sociales.

**Palabras clave:** Geografía; Segregación socioespacial; Historia del pensamiento geográfico; Geografía Urbana.

---

### Abstract

Socio-spatial segregation is characterized as an expressive phenomenon in many cities on the planet and also as a topic of great scientific interest. Since the visibility of the analyzes in the first quarter of the twentieth century to the present day, different understandings and approaches to the subject have been observed. Geography as a field of modern knowledge is one of the major contributors in terms of theoretical and methodological support for understanding the subject. For this, methodologically, we go through a broad bibliographical survey and a specific analysis of the systematic recovery of the trajectory of urban socio-spatial segregation in the domain of the history of geographical thought and its direct relation with other disciplinary fields and spatial issues. Thus, four distinct periods are established, from different perspectives and transformations, not only registering the importance of each one of them for the disciplinary field and for the scientific debate throughout history, but also establishing the countless challenges, divergences, possibilities and controversies that orbit the theme in Geography and in the human and social sciences.

**Keywords:** Geography; Socio-spatial segregation; History of geographical thought; Theory of Geography; Urban Geography.

---

## Introdução

A segregação socioespacial – longe de se constituir como um fenômeno recente – está presente em diferentes dinâmicas urbanas ao redor do planeta (HIEBERT, 2009; NIGHTINGALE, 2012; HOLLOWAY, 2017). A Geografia, como campo do conhecimento científico moderno, participa das análises gerais sobre o tema teórico e metodologicamente, tendo na noção de diferenciação espacial um dos seus importantes pilares (CORREA, 2007, 2022; HARTSHORNE, 1939; LUSSAULT, 2015; VASCONCELOS, 2013) acerca das lógicas de concentração, extensão e distribuição, mas também de forma, função, estrutura, processos, práticas e significados.

Por um lado, uma questão fundamental é estabelecer quando a diferenciação socioespacial se caracteriza como segregação e, por outro, como qualificar que tal processo se estabelece como algo negativo e fruto das injustiças socioespaciais. De fato, a aleatoriedade não faz parte da explicação geográfica do mundo e, tampouco da segregação. Está cada vez mais evidente a relação da segregação com diferentes processos de rupturas econômicas, políticas e sociais acerca dos acessos, direitos e integração, ao invés de serem, simplesmente, inerentes às cidades.

Em termos de rigor científico, os parâmetros epistêmicos são amplos, indo desde compreensões mais qualitativas ou filosóficas, até construções de indicadores, variáveis e índices quantitativos, apesar da forte heterogeneidade interna em cada um destes polos. Além disso, a segregação carrega indissociavelmente consigo outros aspectos, como renda, faixa etária, nacionalidade, grupo étnico, língua, trabalho, educação, gênero etc., fazendo com que o entendimento seja ainda mais complexo.

Em sua perspectiva geográfica, a caracterização de extremos, como os diferentes espaços de extrema pobreza e os condomínios fechados e fortificados chamam atenção como marca expressiva nos territórios e nas paisagens urbanas. Além disso, a amplitude do fenômeno se estende desde as ações do Estado na criação de grandes projetos habitacionais em áreas periféricas, marginalizando ainda mais a população pobre (BRUN; CHAUVIRÉ, 1983), até as decisões cotidianas dos atores sociais e suas estratégias espaciais de distanciamento físico e simbólico (LUSSAULT, 2003, 2003a) como por exemplo, ao escolherem os colégios de seus filhos com base nos perfis de renda ou de um “quadro étnico” na cidade (MERRY, 2011). Ademais, junto a estes aspectos, ainda se acumula a carga histórica, política e cultural em cada um dos possíveis recortes espaciais (país, região, cidade) que impossibilitam uma leitura estática e absoluta, convocando um entendimento provisório e relativo com outras dimensões (VILLAÇA, 2001; KAPLAN; WOODHOUSE, 2005; HARRIS, 2016) e gerando distintos enfoques sobre o tema ao redor do planeta (VAUGHAN; ABRACI, 2011).

Partindo destas premissas, o objetivo desta reflexão é apresentar como a Geografia, enquanto campo disciplinar do conhecimento científico moderno, participou do pensamento sobre o fenômeno da segregação socioespacial no período entre o primeiro quarto do século XX – período em que o tema ganha visibilidade nas Ciências Humanas e Sociais – e o primeiro quarto do século XXI.

Para isso, metodologicamente se percorre um conjunto de 103 publicações, – principalmente artigos científicos em revistas de grande impacto na Geografia e campos afins, bem como, obras de referência específica, ambos com expressivos números de citações – nas línguas portuguesa, espanhola, francesa e inglesa, entendidas como fundamentais para o debate. Estabelece-se assim, a identificação e demarcação de aspectos centrais em termos teóricos, metodológicos e posicionais para o campo disciplinar e para o âmbito geral do tema nas Ciências Humanas e Sociais. Deste modo, não se trata de uma análise bibliométrica ou cienciométrica no sentido *stricto sensu*, mas de uma recuperação sistemática da trajetória do tema da segregação socioespacial urbana no domínio da história do pensamento geográfico.

Assim, divide-se a análise em quatro períodos – mas não determinado de modo linear temporalmente ou de uma ruptura paradigmática total em termos de corrente científica (JOHNSTON, 1978; CAPEL SAÉZ, 1980) pois vários dos seus aspectos seguem presentes nas atuais pesquisas, estabelecendo inclusive, algumas interfaces na forma de pensar o fenômeno.

O primeiro deles, como ponto inicial, está demarcado pela Escola de Ecologia Humana de Chicago e suas relações diretas com o pensamento geográfico entre o primeiro quarto e a primeira metade do Século XX. O segundo está orientado pelos fundamentos marxistas e a interface entre as contradições do capital e o espaço urbano, especialmente entre as décadas de 1960 e 1990. O terceiro período está associado com a virada quantitativa, a construção de índices e de produtos cartográficos precisos como resultados científicos, a partir da segunda metade do Século XX; o quarto e último está vinculado com novas perspectivas e escalas, estabelecendo uma lógica “caleidoscópica” acerca da segregação, dialogando com diferentes concepções teórico-metodológicas, incluindo aspectos da pós-modernidade e do pós-estruturalismo, principalmente a partir da última década do século XX.

A segregação segue sendo um tema controverso socialmente, repleto de aspectos políticos, emocionais, de conflitos e ambiguidades (MUSTERD, 2020; WONG, 2009) e, portanto, chama a atenção e merece foco no âmbito das pesquisas geográficas sobre o espaço urbano.

### **Dualidades sobre segregação socioespacial: a “Escola de Ecologia Humana de Chicago” e os “Marxistas urbanos-espaciais”**

Estabelecer o ponto inicial das análises sobre a segregação socioespacial parece um risco quando pensamos a história das ideias de modo linear. No entanto, é inegável a grande visibilidade que a Escola de Ecologia Humana da Universidade de Chicago gerou sobre o tema, na primeira metade do século passado<sup>1</sup>.

Apesar de ampla, heterogênea e marcada por fases, a figura de Robert Park se caracteriza como central neste processo. Incorporando-se em 1914, depois de uma importante trajetória como jornalista, suas proposições deixaram importantes marcas na instituição. Segundo o geógrafo Nicholas Entrikin (1980), apesar das duras críticas por suas aproximações com o darwinismo social e o positivismo – pelo uso de diferentes metáforas (competição, invasão, sucessão e simbiose) – suas referências eram muito mais vastas e com forte diálogo com a dimensão espacial.

Em suas matrizes filosóficas estavam o pragmatismo de John Dewey e de William James, bem como, o neokantismo de Wilhelm Windelband. Segundo Becker (1996), a presença de Émile Durkheim e a noção de divisão social do trabalho, mas, principalmente, a influência de George Simmel, eram marcantes em seu pensamento. Isto

---

<sup>1</sup> A Universidade de Chicago nasce em 1890 por meio de doações do empresário John Rockefeller e nela se estabelece tanto o primeiro Departamento de Sociologia (1892), quanto o primeiro Departamento de Geografia (1902) dos Estados Unidos da América.

possivelmente se verifica, pois, antes de assumir em Chicago, esteve na Universidade de Heidelberg, além de realizar inúmeras traduções de Simmel no *American Journal of Sociology* e na *University of Chicago Press*, onde foi editor.

Segundo os geógrafos Nicholas Entrikin (1980) e Winifred Curran (2017), a dimensão espacial de Simmel impactou o seu pensamento sobre a metrópole. Além disso, existiam relações diretas com o próprio Departamento de Geografia, mais especialmente, com Harlan Barrows, que escreveu *Geography as Human Ecology* (1923) e foi um difusor da Ecologia Humana na Geografia Norte-americana, além do fato da utilização direta de Park aos trabalhos geográficos.

Em *Introduction to the Science of Sociology*, de Park e Burgess, os editores incluíram fragmentos dos trabalhos dos geógrafos Ellen Semple e Friedrich Ratzel, e citaram o trabalho de Jean Brunhes, Camille Vallaux, Georg Gerland e Elisee Reclus. Estas se caracterizam apenas como uma pequena parte das referências à Geografia que se encontra no trabalho de Park, mas são indicativas da ampla gama da literatura geográfica ao qual Park estava familiarizado (ENTRIKIN, 1980, p.54).

Um terceiro aspecto está associado ao trabalho *The city as a natural phenomenon* (1938), no qual o autor menciona expressivamente a obra *Anthropogeographie*, de Friedrich Ratzel (1882) e a importância geográfica do território (ENTRIKIN, 1980, p.55), este, inclusive, se constituindo como um dos pilares de sua análise social, juntamente com a economia e a cultura.

#### A ordem territorial

A Geografia e a organização territorial da sociedade devem sua importância ao duplo fato que as relações sociais estão amplamente determinadas pelas distâncias físicas e a estabilidade social assegurada quando os seres humanos se enraízam a um território. (PARK, 1999, p.143).

No entanto, a expressão máxima da Escola de Chicago e de Robert Park está em *The city* (1925), publicada com Ernest Burgess e Roderick McKenzie. Este livro estabeleceu novas proposições científicas sobre as cidades. Suas referências, como as noções de centro, periferia e segregação, por meio de um modelo de zonas concêntricas orientadas a partir do Distrito Central de Negócios (*Central Business District* ou *Loop*) até os subúrbios e cidades satélites (*Commuters zones*) são marcas indelévels desta obra, além da simplicidade do modelo de representação, possibilitando a sua aplicação em diferentes cidades em todo o planeta.

Especificamente sobre a segregação, Ernest Burgess, a partir da cidade de Chicago, edificou o seu modelo no imaginário das ciências humanas e sociais, identificando diferentes áreas, como o Gueto Alemão (*Deutschland Guetto*), a Pequena Sicília (*Little Sicily*) o Cinturão Negro (*Black Belt*), a Pequena Polônia (*Little Polands*) e

o Bairro Chinês (*Chinatown*s), além metáforas espaciais, como ilhas (*islands*) e bolsos (*pockets*).

No entanto, três trabalhos se destacam como referências neste período sobre o tema: *The Ghetto*, de Louis Wirth (1928); *The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's Near North Side*, de Harvey Zorbaugh (1929) e *The Negro Family in Chicago*, de Franklin Frazier (1932).

A primeira obra, elaborada por Louis Wirth, um imigrante alemão que chegou ao EUA aos 14 anos e teve toda sua trajetória na Universidade de Chicago, inclusive como professor, se constituiu como um importante registro histórico-sociológico. O autor resgatou desde a segregação imposta contra os judeus no período romano, até a reprodução da lógica segregacionista sobre a comunidade judaica na cidade de Chicago.

Como síntese, apontou a centralidade da sinagoga e do rabino na organização política do setor judeu. Mergulhado na teoria da Ecologia Humana, apontou que a segregação não operava somente na dimensão física, mas também de modo mental sobre a cidade e os seus habitantes, sendo o gueto uma das formas de manifestação da natureza espacial humana em sua ordem social.

O segundo autor, Harvey Zorbaugh, é marcado por uma breve passagem na Universidade de Chicago – sob a supervisão de Robert Park – e de toda a sua trajetória no campo da Educação na *New York University*. A obra foi um êxito de vendas, pois revelava os contrastes de *North East Side* da cidade de Chicago, pois ali estavam “*o nativo e o estrangeiro, a riqueza e a pobreza, o vício e respeito, o convencional e a boemia, o luxo e o trabalho duro*” (ZORBAUGH, 1929, p.4).

De forma radical, o autor revelou por um lado, *The gold coast*, uma das áreas onde estava concentrada a elite em seus luxuosos apartamentos, que poderiam chegar aos mil dólares mensais de aluguel, enquanto, não muito distante, as famílias italianas em péssimas habitações que pagavam apenas seis dólares mensais de aluguel. Mergulhando nos espaços de pobreza, analisou a Pequena Sicília (*Little Sicily*), também conhecida como *Pequeno Inferno (Little Hell)* pelos inúmeros conflitos e, especialmente, o entroncamento da *Oak Street* com *Milton Avenue*, estigmatizada como a esquina da morte (*Death corner*). Como aspecto geográfico, é importante ressaltar a produção cartográfica de quinze mapas a partir de censos e entrevistas de campo, convertido assim, em um dos trabalhos mais importantes em termos representacionais de todo o período. A terceira obra foi escrita por Franklin Frazier. O autor foi um experiente professor universitário que somente realizou o seu doutorado em Chicago e carregava a marca de ser um dos poucos professores universitários negros nos EUA neste período. Esta questão político-pessoal parece ter estabelecido uma aproximação temática com as famílias negras no espaço urbano.

A obra intitulada *The Negro Family in Chicago* (1932) compreendeu a partir de questões raciais a diferenciação das famílias negras nos diferentes setores da cidade. Partindo dos dados oficiais, Frazier identificou 25.684 famílias negras, selecionando o distrito de *South Side* como recorte espacial de análise, o dividindo em sete subáreas.

Como resultado, constatou fortes diferenciações internas presentes no território, pois, enquanto em uma das áreas (Zone VI) estavam presentes 110 famílias de classe alta (Upper-class), em outras (Zones I e II) predominava a pobreza, a ausência de proprietários e a grande quantidade de mães solteiras como chefe de famílias.

A conclusão de Frazier foi a de que os problemas das famílias negras em Chicago também se reproduziam em todo os EUA e não se caracterizam como algo inato ou “como um fenômeno patológico” (p.250) em termos raciais, mas como um resultado da estrutura social.

Deste modo, os trabalhos da Escola de Chicago seguem vivos como fonte de contribuição e de críticas para compreender a segregação socioespacial. Segundo o geógrafo Michael Pacione (2005, p.500):

As monografias dos ecologistas de Chicago proporcionaram um meio para compreender a cidade que combinava a análise empírica com a realidade vivida no urbano. O uso de indicadores sociais por parte dos ecologistas também abriu caminho para métodos estatísticos mais sofisticados para delimitar áreas residenciais urbanas.

A geógrafa Winfred Curran (2017) também aponta que a Escola de Chicago, por meio dos seus estudos de caso, desenvolveu novas teorias sobre a organização das cidades. Além disso, sustenta que a Geografia, sem uma tradição urbana consolidada naquele período, recorreu a alguns destes métodos para construir seu subcampo. O próprio David Harvey elucida que “a escola de geógrafos urbanos de Chicago foi uma consequência da Escola de sociólogos de Chicago” (1977, p.137).

Todavia, inúmeras são as críticas e, de fato, algumas delas perpassam a perspectiva ecológica hegemonicamente utilizada pelos autores. Com relação, por exemplo, aos termos espaciais, o geógrafo Thomas Maloutas (2004), aponta que as representações da da Escola de Chicago seguiam uma determinação linear, radial e centrífuga no sentido centro-periferia, mas, os resultados dos trabalhos realizados contradiziam tais padrões.

Os geógrafos Daniel Hiebert (2009) e Steven Holoway (2017) também apontam a ausência crítica em relação a escravidão, a imigração e da própria força das leis em relação a esta parte da população. Segundo os teóricos da Escola de Chicago, ocorreria um movimento paulatino dos recém-chegados nos enclaves étnicos em direção aos demais bairros, na medida em que se integravam a cultura urbana norte-americana. Todavia, as *Jim Crow laws* que vigoraram entre 1877 e 1965 estabelecendo juridicamente a segregação étnica de equipamentos e espaços públicos e privados, preservavam os privilégios raciais e de classe nas cidades. Por fim, é interessante pensar nas próprias forças institucionais sobre a Escola de Chicago, pois muitas pesquisas importantes foram financiadas pelo *Laura Spelman Rockefeller Memorial Fund*, criada pelo próprio John Rockefeller para homenagear a sua mãe e apoiar as ciências humanas associadas com as questões sociais.

No entanto, as críticas mais duras sobre estes trabalhos foram estabelecidas pelos marxistas. As profundas mudanças de pensamento a partir da segunda metade do século XX, especialmente vinculadas as contradições do capital no espaço urbano, foram extremamente importantes em relação a questão da segregação socioespacial e tiveram, na Geografia, um papel de destaque.

Uma primeira figura emblemática neste contexto é a do filósofo Henri Lefebvre. Segundo Andy Merrifield (2006), sua trajetória heterodoxa com o marxismo possibilitou esta aproximação com o urbano. No entanto, o mesmo autor aponta que foi o geógrafo David Harvey quem retomou e deu visibilidade ao pensamento urbano e espacial de Lefebvre no mundo anglófono e em outras partes do mundo, inclusive na França, por meio da obra *Social Justice and the City* (1973). Acerca especificamente sobre a segregação, David Harvey publica *Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation* (1975), estabelecendo as seguintes proposições centrado nas questões habitacionais:

- 1- A diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista;
- 2- As áreas residenciais (bairros, “comunidades”) proporcionam meios distintos para a interação social, a partir do qual os indivíduos derivam de um grau considerado de suas expectativas, hábitos de consumo, capacidade de mercado (*Market capacity*) e estados de consciência;
- 3- A fragmentação das grandes concentrações populacionais em comunidades distintas serve para a fragmentar a “consciência de classe” no sentido marxista e, por tanto, frustra a transformação do capitalismo ao socialismo através da luta de classe, porém;
- 4- Os padrões de diferenciação residencial refletem e incorporam muitas das contradições da sociedade capitalista, os processos que criam e sustentam são, em consequência, o lugar da instabilidade e da contradição. (HARVEY, 1975, p.365).

Todavia, outros importantes trabalhos marxistas foram desenvolvidos no mesmo período. O sociólogo Manuel Castells, sob a influência do marxismo francês, publicou *La question urbaine* (1972). A obra foi alvo de duras críticas pelos geógrafos marxistas e pelo próprio Henri Lefebvre, que o acusava de não conhecer a dimensão espacial (MERRIFIELD, 2006), inclusive, segue classificado por sociólogos que debatem o tema, como pertencentes ao grupo dos “no-espaciales” (RUIZ-TAGLE, 2016, p.22).

De fato, os marxistas estavam longe de ser um bloco homogêneo acerca da segregação socioespacial. Talvez, o exemplo mais emblemático seja do sociólogo Jean Lojkine em *Le marxisme, l'état et la question urbaine* (1977). De forma contundente, o autor ataca ao mesmo tempo, tanto Manuel Castells e seus fundamentos como incapazes de propor qualquer mudança em termos teóricos, como ignora totalmente Henri Lefebvre



e David Harvey em sua obra, apesar de tentar reproduzir metodologicamente a lógica de centro-periferia e de valor do solo urbano para os casos de segregação em Paris e em Lyon.

A hipótese de uma clivagem fundamental entre os interesses "urbanos" da classe operária e os das camadas médias assalariadas, sobretudo dos executivos, baseia-se na análise de três tipos de segregação social e espacial:

-Uma primeira segregação, no nível da habitação - a lógica "operária" da "renovação-deportação" opondo-se à lógica do "emburguesamento" do centro urbano renovado ou das residências "para executivos";

-Uma segunda segregação, no nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos esportivos, sociais...) - o subequipamento dos conjuntos "operários" opondo-se ao "superequipamento" dos conjuntos "burgueses";

-Enfim, uma terceira segregação, no nível do transporte domicílio-trabalho à crise dos transportes coletivos para o operariado contrastando com os privilégios "burgueses" do uso do automóvel (LOJKINE, 1979, p.244).

Estes três casos sintetizam bem os diferentes contornos sobre a segregação socioespacial na década de 1970, inclusive, com relativo esfriamento da temática na década de 1980 pelos marxistas e sua retomada a partir da década de 1990, sob o prisma da justiça espacial e do direito à cidade. A obra *The urbanization of injustice* (1996) organizada por Andy Merrifield e Erik Swyngedouw, se caracterizou com uma peça-chave para a recuperação do debate no mundo anglófono, especialmente pela presença de geógrafos importantes, como, David Harvey, Doreen Massey, Neil Smith e Edward Soja.

No caso brasileiro, a obra intitulada *Espaço intra-urbano no Brasil* (2001), do geógrafo e urbanista Flávio Villaça, foi uma significativa contribuição marxista acerca das análises do espaço intraurbano das principais áreas metropolitanas brasileiras. Além de críticas gerais à Escola de Chicago, o autor desaprova duramente Jean Lojkin, por seu modo tácito de determinação do valor do solo urbano e das lógicas de centro-periferia, usados para pensar espaço-temporalmente os processos de segregação nas cidades.

De fato, o entendimento de Villaça esteve alinhado com as perspectivas de David Harvey, nas quais o controle da produção do espaço ocorreria fundamentalmente pelas classes dominante e mediante três mecanismos centrais: o econômico, por meio do mercado; fundamentalmente, o setor imobiliário; o político, através do controle do Estado e por fim, da ideologia. O autor estabelece sua tese apontando que "é por meio da segregação que a classe dominante controla o espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses" (VILLAÇA, 2001, p. 359).

Edward Soja em *Seeking Spatial Justice* (2010), trata diretamente da relação entre segregação e as injustiças espaciais. Nascido no Bronx e influenciado diretamente pela sua descendência polaca, possuía uma postura complexa sobre a segregação.

Nem todos os casos de segregação residencial são totalmente injustos. Até certo ponto, a segregação residencial pode ser voluntária e gerar benefícios, como o caso de pessoas com histórias similares que escolhem viver juntas por motivos muito diferentes, desde criar identidade e comunidade até consumir comidas preferidas e obter outras formas de sustento e suporte cultural para ajudar aos recém-chegados a encontrar emprego e habitação. Entretanto, a segregação se converte em um problema quando está rigidamente imposta desde cima como uma forma de dominação e controle, como ocorreu no Apartheid e no gueto racial; ou quando emergem menos intencionais desde baixo como um subproduto opressivo de “liberdades” não reguladas dentro da manutenção de estruturas espaciais de privilégios (SOJA, 2014, p.92).

Além de obras individuais, esforços coletivos também contribuíram para o fenômeno no campo da geografia crítica. Os geógrafos francófonos Bernard Bret, Philippe Gervais-Lambony, Claire Hancock e Frédéric Landy organizaram *justice et injustices spatiales* (2010), convidando outros pesquisadores da Geografia, de diferentes partes do mundo, a contribuírem sobre o tema. Esta foi a mesma estratégia do geógrafo Alain Musset em *Ciudad, sociedad, justicia: un enfoque espacial y cultural* (2010), onde estabeleceu um diálogo entre os franceses e o mundo ibero-americano.

A Geografia brasileira também promoveu importantes debates, como na obra *A cidade contemporânea: segregação espacial* (2013), organizada por Pedro Vasconcelos, Roberto Lobato Correa e Silvana Pintaudi. Nesta mesma direção, Ana Fani Carlos, Glória Alves e Rafael Pádua, organizaram a *Justiça espacial e o direito à cidade* (2017). Recentemente, o mundo ibérico, por meio do geógrafo Oriol Nel.lo, organizou a *Efecto barrio: segregación residencial, desigualdad social y políticas urbanas en las grandes ciudades ibéricas* (2021), tomando como referência alguns casos em Espanha e Portugal.

Portanto, é possível perceber uma significativa transformação entre o processo inicial estabelecido pela Escola de Chicago, muitas vezes ancorado em perspectivas escalares dos grupos étnicos ou sociais, até as análises marxistas de David Harvey e do fortalecimento da Geografia Crítica. De fato, nos debates sobre a segregação, a Geografia passou a ocupar um lugar especial entre os marxistas urbanos, inclusive, gerando novas aberturas sobre temas, como no caso da relação entre a segregação e os espaços públicos (MITCHELL, 2003), a gentrificação (SMITH, 1996, 2002) e orientados pela abordagem da dialética socioespacial (SOJA, 1993). Todavia, outras vertentes e posturas também concorrem junto ao subcampo, especialmente, na perspectiva quantitativa, ancorada pelos índices – também de modo não linear – em relação a segregação como forma de injustiça material, econômica e social no espaço urbano.

## Indexações: a segregação como disputa estatístico-espacial

Como visto anteriormente, os trabalhos da Ecologia Urbana foram objetos de inúmeras críticas, especialmente, pelo excesso de descrição e por não expor as contradições e as injustiças socioespaciais. Todavia, muitas das reflexões marxistas estavam centradas em análises gerais, sem escalas estabelecidas e pouco precisas em termos territoriais. Assim, uma terceira vertente da Geografia buscou identificar de modo mais preciso onde, quem e quantos estavam segregados, especialmente com o apoio da estatística e das representações espaciais.

O geógrafo Daniel Hiebert (2009a) aponta que estas mudanças, iniciadas ao término da 2ª Guerra Mundial e ancoradas no pragmatismo, buscavam um maior rigor, precisão e objetividade científica sob o prisma do quantitativismo. Esses novos entendimentos fomentaram as bases da *New Geography* e de mudanças significativas em termos de métodos, técnicas e procedimentos no campo disciplinar. Assim, o interesse na segregação socioespacial – mesmo não estando alheio a uma série de controvérsias – tentava minimizar os aspectos subjetivos, tanto político, quanto socialmente capazes de influenciar tomadas de decisões no próprio território (KAPLAN; WOODHOUSE, 2005; ATKINSON, McGARRGLE, 2009; WONG, 2009).

A construção de índices específicos passou a ser o objetivo central para pensar o fenômeno. Os sociólogos Otis Duncan e Beverly Duncan (1955) apresentaram o *Índice de Dissimilaridade* (ID). De fato, este índice não foi uma construção espontânea, mas o resultado bem-sucedido de um longo processo de disputas, entre falhas e erros anteriores, o qual Stephen Gorard (2011) denominou “a batalha dos índices”. Esta contribuição foi exitosa, estabelecendo por quase duas décadas, o que Massey e Denton (1988) classificaram de “*Pax Duncan*”. Contudo, é importante ressaltar que, apesar de serem sociólogos, dialogaram diretamente com a Geografia, pois incorporaram as ideias de diferenciação e distribuição espacial do geógrafo John Wright na obra *Some measures of distribution*, publicada nos *Annals Association American Geographers* (1937).

A ideia do Índice de Disimilaridade (ID) foi estabelecer uma relação direta, binária e de proporcionalidade entre dois grupos em um determinado setor espacial, no caso específico, a população branca (Pb) e a população não-branca (Nb). Apesar do grande sucesso por um longo período, posteriormente, o índice foi alvo de inúmeras críticas, mas, a partir dele, foram estabelecidos novos índices. Deste modo, foi apontado que o ID não era capaz de estabelecer um valor que definisse a ocorrência da segregação, tendo que ser estabelecido por meio de um consenso, a partir de uma escala numérica de 0 até 100, em que valores acima de 60 indicariam um alto grau de segregação. Além disso, o ID estaria diretamente afetado pelo número de residências, caracterizando um problema para grandes áreas.

Por fim, o ID demonstraria debilidade em termos de geração dos mesmos resultados para padrões espaciais diferentes, além de perder a confiabilidade estatística quando aumentado o número de grupos analisados. Estes aspectos foram compartilhados por muitos geógrafos e estudiosos de outros campos (ATKINSON e McGARRIGLE,

2009; CORTESE, FALK e COHEN, 1976; GARROCHO e CAMPOS-ALANÍS, 2013; HARRIS, 2016, 2011, 1984; MASSEY e DENTON, 1988; MASSEY, 2012; MORRILL, 1991; POULSEN, 2009; WONG, 2009).

Todavia, é fundamental relativizar as críticas, pois os próprios autores reconheciam os problemas, especialmente, em relação a identificação dos padrões espaciais (DUNCAN, DUNCAN, 1955, p.215). Esta questão mobilizou uma série de estratégias para melhor analisar a segregação nos territórios. A metáfora do “tabuleiro de xadrez” (*checkerboard problem*) (HARRIS, 2016), ou seja, a possibilidade de um mesmo valor poder assumir formas diferentes, seja no centro, seja nas periferias, indicava a necessidade de novas posições geográficas.

Deste modo, se a intenção inicial era compreender a segregação em uma perspectiva étnico-racial, as diferentes críticas possibilitaram inúmeros avanços, fazendo com que o ID passasse a fazer parte da história deste subcampo, mas sem perder a utilidade para registrar composições iniciais de diferenciação populacional e suas relações com áreas (FEITOSA *et al*, 2007; WITHERICK, ROSS, SMALL, 2001).

Outra ruptura importante foi proposta por Massey e Denton (1988) com o objetivo de superar uma visão dicotômica entre grupos étnicos para pensar um quadro geral na cidade (REARDON, FIREBAUGH, 2002). A proposta era medir a segregação, não por um único índice, mas por meio de cinco dimensões já estabelecidas e ressignificadas por outros índices<sup>2</sup>, que são: a *uniformidade* (*eveness*), a *exposição* (*exposure*), a *concentração* (*contcentration*), a *centralização* (*centralization*) e o *agrupamento* (*clustering*) (MASSEY e DENTON, 1988, p.283).

A ideia de sobreposição buscava avançar e corrigir fragilidades ou necessidades específicas e, apesar de bastante relacional, os autores também reconheciam os próprios limites, considerando que os índices se tratavam de construções abstratas da realidade e não a realidade em si mesmo (KAPLAN e WOODHOUSE, 2004, 2005). E mais, dividindo tantos os méritos, quanto as falhas, apontam que na década de 1980, somente nos EUA, existiam mais de vinte modos de se medir a segregação (MASSEY, 2012).

A partir da década de 1990, as análises sobre segregação, índices e Geografia entram em uma nova fase, problematizando não somente correlações estatísticas, mas a autocorrelação espacial dentro de um espaço georreferenciado, demarcando, de modo cada vez mais preciso, os limites, as fronteiras e as escalas na cidade.

Segundo o geógrafo Arthur Getis (2010), apesar da autocorrelação espacial estar mais tradicionalmente ligada a Estatística que a Geografia, sua relação com a disciplina remonta desde os trabalhos de Walter Christaller (1933), passando pelas contribuições da ciência regional de Walter Isard (1956) e das contribuições do geógrafo Michael Dacey (1968), que cristaliza e unifica o termo, até então denominado de dependência espacial (*spatial dependence*), associação espacial (*spatial association*) ou interdependência

---

<sup>2</sup>Índice de Isolamento (xPx), proposto por Bell (1954); de segregação (IS) e de Centralidade Absoluta (ACE) formulado por Duncan e Duncan (1955); de dissimilaridade multigrupos (D (m)) de Morgan (1975) e os Concentração absoluta (ACO) e Agrupamento absoluto (ACL) proposto por Massey e Denton (1988).

espacial (spatial interdependence). Getis (2008) ainda ressalta que esta noção e algum dos seus preceitos foram recuperados a partir de geógrafos e outros pesquisadores da ciência regional – em especial de Patrick Moran (1948) e de Roy Geary (1954) – pelo geógrafo Luc Anselin (1988, 1990, 1995), permitindo a formulação do Índice Local de Associação Espacial (*Local Indicators of Spatial Association – LISA*), que se converteu no indicador mais utilizado na literatura contemporânea (GARROCHO, CAMPOS-ALANÍS, 2013).

De fato, o LISA possibilita uma decomposição do fenômeno em uma escala local e sua autocorrelação espacial, identificando áreas de não-estacionaridade (*local pockets of nonstationarity*) que não se modificavam ao longo do tempo e de outros setores, denominados de “pontos quentes” (*hot spots*) (PORCEL LOPÉZ, 2020).

O geógrafo Richard Morrill (1991) apresentou um caminho alternativo em relação a este mesmo movimento. O autor recorreu a história dos índices desde Duncan e Duncan (1955), passando por John Jakubs (1981), William Spriggs (1984), mas principalmente apoiado em Michael White (1986), sistematizando o que ele mesmo intitulará “minha variante modificada de fronteira D” (MORRILL, 1991, p.26), mais conhecido como *Morrill’s boundary-modified - D(adj)*, uma espécie de ajuste geográfico sobre o próprio índice de dissimilaridade.

Esta nova ideia, a partir de padrões espaciais com diferença de valores entre todas as fronteiras adjacentes, também possibilitou outros avanços, como os desdobramentos realizados pelo geógrafo David Wong (1993), mais conhecido como o Índice de Dissimilaridade espacial corrigido pela forma  $MAX(P/A)$ , que inclui a noção de compacidade (*compactness*) em termos da relação entre perímetro-área, unidades vizinhas e grupos de análise.

Apesar dos avanços sobre métodos, técnicas e procedimentos em termos de índices, é fundamental refletir sobre algumas questões que afetam a Geografia e os estudos de segregação. Por certo, os avanços tecnológicos possibilitaram resultados cada vez mais rápidos, precisos e complexos. No entanto, os geógrafos Richard Harris (2016) e David Wong (1997, 2003, 2009) apontam que, mesmo com a difusão de softwares de análises estatísticas e as infinitas possibilidades dos Sistemas de Informações Geográficas - SIG/GIS, segue a dependência das informações produzidas pelas agências e instituições oficiais vinculadas ao Estado.

Este aspecto, relacionado aos censos e outros levantamentos também estabelecem outras questões, como todo o processo de divisão do espaço urbano vinculado exclusivamente pela perspectiva residencial, ou seja, como seria possível pensar a população e o fenômeno da segregação para além desta categoria? (MUSTERD, 2000; GRAFMEYER, AUTHIER, 2008). Os geógrafos Jacques Brun e Yvan Chauviré (1983) também apontam preocupação em relação aos próprios censos. Primeiro, as categorias, as variáveis e os indicadores estabelecidos pelas instituições são decididas sem maior diálogo e colaboração entre investigadores e gestores. Além disso, em muitos países, ocorrem mudanças significativas na estrutura, impossibilitando análises temporais precisas, além do fato que em alguns países, regiões ou cidades, por questões políticas ou de recursos, as

séries estatísticas são interrompidas ou possuem heterogeneidades tão expressivas que impossibilitam formas de aproximação de análises.

Mesmo diante de tantas questões, parece incontestável a importância dos índices para a compreensão da segregação e tendo na Geografia, sobretudo na correlação espacial e na representação geográfica, grandes aportes em termos da construção do conhecimento científico. Assim, é fundamental posicionar os índices como construções epistêmicas, reconhecendo as potencialidades e as fragilidades destas construções, mas, especialmente, nas aberturas e possibilidades de integrar o quantitativo e o qualitativo, especialmente em diálogo com a vida cotidiana<sup>3</sup>.

### **Novas perspectivas e mudanças de escalas sobre a segregação socioespacial**

Os debates acerca da segregação, além das três perspectivas abordadas anteriormente, sobretudo a partir da última década do Século XX, produziram uma série de novas questões sobre o tema. A partir do entendimento da escala como uma construção social e de um permanente jogo relacional, passaram a integrar cada vez mais movimentos quantitativos de índices e mapas com as perspectivas qualitativas do cotidiano, especialmente, segmentos minoritários e marginalizados da população. Possibilitando, assim, novas perspectivas de análise em detrimento as formas até então dominantes.

Deste modo, cinco temas emergem de modo significativo junto a segregação socioespacial, que são: as lógicas de auto segregação, as políticas anti-segregação, a segregação vertical, a segregação etária e a segregação de pessoas com deficiência. De fato, inúmeras outras formas ainda carecem de um olhar geográfico sensível em termos de investigação.

A primeira delas, a *auto-segregação*, caracteriza-se como a de maior tradição e de maior número de investigações realizadas. Mike Davis – mesmo sem ser o primeiro a tratar o tema, mas devido a sua grande visibilidade – parte da noção de cidade hostil e de grande aproximação com a Geografia, publica *City of Quartz: excavating the future in Los Angeles* (1990). O autor analisa as diferentes formas de violência na Área Metropolitana de Los Angeles – sobretudo contra os pobres –, tendo como horizonte as grandes cidades norte-americanas, o recrudescimento da vida pública, as massivas lógicas de privatização do urbano e de um Estado policial.

Buscando correlações contraditórias extremas, centralizou por um lado interesses em alguns setores marginalizados pela pobreza e, por outro lado, centros comerciais, presídios de segurança máxima e condomínios de luxo permanentemente vigiados e dotados de aparatos militares. Todos estes fatores, a partir de uma vertiginosa escalada de um cenário de medo, tornaram-se referência importante para investigações em outras cidades no mundo.

---

<sup>3</sup> Acerca dos processos de caracterização, descrição e explicação de cada um dos principais índices utilizados sobre o tema da segregação ver Martori, Hoberg e Surinach (2006).

Para o caso latino-americano, um trabalho de grande visibilidade foi o da antropóloga Teresa Caldeira – seguindo os percursos geográficos da Escola de Los Angeles, pois sua tese foi realizada em Berkeley – em *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo* (2000). Suas reflexões sobre a mais importante área metropolitana da América do Sul se constituíram como um marco para o tema em países periféricos<sup>4</sup>.

Em decorrência deste processo, uma série de investigações geográficas foram realizadas em diferentes países, sejam reflexões mais teóricas ou ensaísticas, sejam análises mais concretas ou estudos de caso (HIDALGO, 2004; GRANT, 2005; BELLET, 2007; LOPES DE SOUZA, 2008; VIDAL-KOOPPMANN, 2008; LE GOIX, WEBSTER, 2008; MING YIP, 2008; VILLAR LAMA, GARCÍA MARTÍN, 2016).

Apesar do crescimento da segregação urbana em todo o planeta, inclusive com a participação do próprio Estado, *as políticas anti-segregação* também se caracterizaram como uma resposta e uma questão importante em termos de análise e enfrentamento (LESS, 2008). Neste sentido, desde a implantação de serviços e equipamentos urbanos, até o embelezamento de áreas segregadas, são algumas intervenções que buscam reverter esse quadro.

Alguns países do Hemisfério Norte também buscaram, por meio de ações assistenciais, “distribuir geograficamente os pobres” através do aspecto residencial em bairros da classe média. Todavia, a geógrafa Sonia Lehman-Frisch (2009, p.111) questiona se a proximidade física e a “mistura” isoladamente garantiria uma integração e, principalmente, uma coesão social entre as diferentes classes nestes setores. David Harvey (1992) vai além e aponta que, sobre o prisma da diversidade, esta não é capaz de determinar a justiça socioespacial, pois as ações de imposição residencial se constituem como uma forma de violência, pois não levam em consideração a relação desta população com os preços do comércio e dos serviços local, bem como, a integração social com a vizinhança.

Além disso, também é importante pensar em setores da cidade que apresentam uma perspectiva mista entre as classes sociais no espaço (SCHNELL; DIAB, BENENSON, 2015), ou seja, na qual a segregação não está revelada de modo tão evidente nos setores censitários ou na paisagem, se constituindo assim, um desafio para a investigação geográfica, seja em relação aos índices, seja em relação aos métodos de observação direta.

A *segregação vertical* também se constitui como uma destas novas faces de pensar a segregação (MALOUTAS, 2020, 2016; NATERA-RIVAS; LARRUBIA-VARGAS, NAVARRO-RODRÍGUEZ, 2017). Os dados sobre renda, população estrangeira, migrante e as estruturas etárias podem produzir padrões distintos de ocupação,

---

<sup>4</sup> Uma importante reflexão produzida pela Geografia brasileira em um período anterior é a tese de doutorado de Marcelo Lopes de Souza intitulada *Armut, sozialräumliche Segregation und sozialer Konflikt in der Metropolitanregion von Rio de Janeiro*, defendida na Universidade de Tübingen em 1993.

quando relacionados aos preços e aos aspectos ambientais, como os ruídos em andares mais baixos e o privilégio dos andares superiores em relação a paisagem.

Outro aspecto emergente está relacionado especificamente com a *estrutura etária e o processo de segregação*. O envelhecimento populacional, como uma importante questão para muitos países e um tema de interesse geográfico, está presente nas dinâmicas urbanas e diretamente relacionado com as adversidades da vida cotidiana por parte desta população. (GARROCHO, CAMPOS-ALANIS, 2005; HOPKINS, PAIN, 2007; MOORE, ROSENBERG, 2001; SCHWANEN, PÁEZ, 2010). Assim, quando a questão etária passa a ser um critério de restrição em relação ao trabalho, a mobilidade, a sociabilidade e a educação, também passa a ser um problema de integração e, conseqüentemente, de segregação.

Como resultado da relação entre integração, espaço e população, desdobramentos emocionais, como a solidão e a depressão são marcas cada vez mais presentes, no caso da população idosa, impactando, inclusive, no aumento das taxas de suicídio (COPELAND; BEEKMAN; BRAAM et al, 2004). Os aspectos ambientais também merecem destaque. Na grande onda calor de 2003, no Hemisfério Norte, na qual as temperaturas superaram os 45°C e resultaram na morte de 50.000 pessoas, uma maioria de idosos foi afetada em setores pobres das cidades, falecidos dentro das suas próprias residências, por ausência de recursos e ajudas (DAVIS, 2007). Assim, não se tratam de aspectos climáticos ou naturais, mas de uma forma radical de exposição à morte sobre os segmentos mais vulneráveis da população na cidade, que precisam de maior interesse em pesquisas e políticas públicas.

O mesmo ocorre no caso das crianças, pois os equipamentos públicos como creches, parques infantis, bibliotecas e centros recreativos estão distribuídos de modo bastante desigual nas cidades. A educação também se caracteriza como um destes aspectos, pois, questões como infraestrutura, oferta escolar, nível de formação dos professores, número de alunos em sala de aula e resultados de exames de desempenho escolar também se diferenciam espacialmente entre os diferentes setores das cidades (KOSLINSKI, ALVES, LANGE, 2013). Além disso, os aspectos do bairro e da vizinhança, sob o prisma do preconceito e da estigmatização, também participam na escolha dos familiares em matricular seus filhos nas escolas existentes, bem como, na decisão de permanência dos próprios professores, afetando um trabalho de longa duração, na consolidação de projetos ou na rotatividade dos mesmos entre as unidades educacionais (GALSTER; KILLEN, 1995).

Finalmente, a *população com deficiência* merece atenção acerca da segregação socioespacial, sobretudo, ao pensar como as próprias cidades reforçam e radicalizam este quadro no espaço urbano. Segundo o geógrafo Rob Kitchin (1988), as cidades estão organizadas em grande parte para manter as pessoas com deficiências em posições segregadas. Segundo o autor, a precariedade dos transportes públicos para este segmento, mesmo nas melhores cidades, é limitada e restrita, espacial e temporalmente, marginalizando-as em comparação aos demais cidadãos.



Além dos transportes, mas não totalmente indissociado deles, a mobilidade e o acesso a lugares públicos e privados são marcados por uma série de impedimentos, como pela ausência de rampas, plataformas ou elevadores. Ainda se destacam em muitas cidades os sistemas educacionais não inclusivos, fazendo com que as pessoas com deficiência evadam do sistema escolar, impossibilitando suas formações e, consequentemente, reforçando a segregação econômica, social e espacial (PALACIOS, 2008).

### **Considerações finais: desafios, cuidados e possibilidades**

As análises apresentadas sobre o tema da segregação socioespacial e suas relações diretas com a ciência geográfica possibilitam compreender uma série de transformações não-lineares em termos teóricos e metodológicos, permitindo pensar sobre distintas perspectivas e novas possibilidades, tanto para o tema, quanto para o campo disciplinar.

De modo propositivo, mas orientado pelas inferências tecidas sobre o conjunto das obras, apontamos algumas questões. A *primeira delas* é a necessidade permanente de vigilância contra a reprodução binária e dicotômica, que impossibilita compreender a emergência de novos entendimentos e a complexidade sobre os fenômenos (CLOKE; JOHNSTON, 2005). Esta primeira precaução também se refere a não determinação apriorística sobre o fenômeno em termos teóricos ou metodológicos, impedindo que a dimensão empírica se revele em termos de diferentes formas, dinâmicas e significados. Assim, as pesquisas geográficas sobre a segregação devem acompanhar permanentemente uma dúvida metodológica, mas logicamente, sem perder a dimensão crítica por justiça socioespacial, servindo tanto como um instrumento de denúncia, quanto como subsídios para as políticas públicas de transformação das cidades.

Além da vigilância epistêmica, *um segundo aspecto* é a necessidade de pensar geograficamente a segregação a partir de um jogo de escalas, reconhecendo as diferentes redes, hierarquias e os espaços intraurbanos. Ainda que possível, não deveríamos gerar toda a explicação da segregação somente a partir dos dados oficiais do Censo ou pelos quadros empíricos estabelecidos em um bairro segregado na cidade. Assim, a integração dos métodos mistos – quantitativos e qualitativos – parece ser um caminho promissor para novos entendimentos, superando o isolamento de mapas sem maiores explicações ou descrições de entrevistas exclusivamente em âmbito local. Ainda sobre a importância da escala, parece necessário expandir as análises para recortes espaciais não-metropolitanos, como as cidades pequenas e médias. De fato, os estudos nestas escalas são escassos e ainda pouco se conhece sobre estas configurações, permitindo, assim, novos entendimentos sobre o fenômeno.

Um *terceiro aspecto* está relacionado com as potencialidades das imagens como fonte de análise da segregação, tanto em relação aos quadros extremos – pobreza e riqueza –, quanto em relação ao caráter misto da segregação nas cidades. Assim, acreditamos que a dimensão visual possibilite permear novos entendimentos entre o representacional e o mais-que-representacional, reposicionando a construção sobre os limites e as fronteiras do

papel do Estado, das forças do capital e dos grupos e segmentos sociais em suas vidas cotidianas sobre a segregação.

O *quarto aspecto* se trata, em parte, de uma antiga orientação dos geógrafos Jacques Brun e Yvan Chauviré (1983, p.83) sobre o tema – mas que parece ter sido esquecida por muitos – na qual apontam que os estudos de segregação na Geografia não devem abandonar os grandes debates epistemológicos da relação entre o espaço e a teoria social.

*Por fim*, apesar de reconhecer os grandes avanços da Geografia sobre o tema no âmbito geral da ciência, recomendamos que não se esqueça a imaginação geográfica, como um elemento singular que permite aberturas em termos de compreensão, em contraponto a certa tendência determinista e dogmática que permanece orbitando o fenômeno da segregação socioespacial no conjunto das ciências humanas e sociais no Brasil e em outros países.

## Referências

ANDRÉS LÓPEZ, Gonzalo y BELLET, Carme. Dinámicas y expectativas de crecimiento en las áreas urbanas articuladas por ciudades medias en España. In: León García (orgs.) Geografía, cambio global y sostenibilidad. Comunicaciones del XXVII, congreso de la Asociación Española de Geografía. Tomo III Desarrollo territorial, sostenibilidad y calidad de vida. La laguna: Asociación Española de Geografía, 2021.

ANSELIN, Luc. Spatial Econometrics: Methods and Models. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1988.

ANSELIN, Luc. Spatial Dependence and Spatial Structural Instability in Applied Regression Analysis. *Journal of Regional Science* 30, p. 185-207, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.1990.tb00092.x>. Acesso em: agosto de 2022.

ANSELIN, Luc. Local Indicators of Spatial Association–LISA. *Geographical Analysis*, v.27, n. 2, p. 93–115, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1995.tb00338.x>. Acesso em: agosto de 2022.

ATKINSON, Rowland y McGARRGLE, Jennifer. Urban segregation. IN: *International Encyclopedia of Human Geography*. Amsterdam: Elsevier, p. 76-80, 2009.

BECKER, Howard. Conferência: a escola de Chicago, *Mana - Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ, v. 2, n. 2, p.177-188, 1996. Disponível em: DOI: 10.1590/S0104-93131996000200008. Acesso em: agosto de 2022.

BELL, Wendell, 1954. A Probability Model for the Measurement of Ecological Segregation, *Social Forces*, v.32, n.4, p. 357-364, 1954. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2574118>. Acesso em: julho de 2022.

BRET, Bernard et al, *Justice et injustices spatiales* Nanterre: Presses universitaires de Paris Nanterre, 2010. Disponível em: <http://books.openedition.org/pupo/391>. Acessado em: julho 2022.

BRUN, Jacques y CHAUVIRÉ, Yvan. La ségrégation sociale: questions de terminologie et de méthode. *Espace, populations, sociétés*, v. 1, n. 1, p. 75-85, 1983. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/espos\\_0755-7809\\_1983\\_num\\_1\\_1\\_906](https://www.persee.fr/doc/espos_0755-7809_1983_num_1_1_906). Acesso em: julho 2022.

CARLOS, Ana; ALVES, Gloria; PADUA, Rafael. *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017

CAPEL SAÉZ, Horacio, 1980. Sobre clasificaciones, paradigmas y cambio conceptual en Geografía. *El Basilisco*, Barcelona, n.11, p. 4-12, 1980. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2471990>. Acesso em: agosto 2022.

CLOKE, Paul, Johnston, Ron. *Spaces of Geographical Thought: Deconstructing Human Geography's Binaries*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

CORTESE, Charles; FALK, R. Frank; COHEN, Jack K. Further considerations on the methodological analysis of segregation indices. *American sociological review*, p. 630-637, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2094840>. Acesso em: julho 2022.

CASTELLS, Manuel. *La Question urbaine*, Paris: Maspéro, 1972.

CASTELLS, Manuell. *La cuestion urbana*. Madrid: Siglo XXI, 1974.

CLIFF, Andrew y ORD, Keith. The Problem of Spatial Autocorrelation. En: SCOTT, Allen. *Studies in Regional Science London Papers in Regional Science*, p. 25–55, 1969.

CURRAN, Winifred. Chicago School. En: RICHARDSON, Douglas et al (eds.) *International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0492>. Acessado em: março 2022.

DACEY, Michael. A review on measures of contiguity for two and k-color maps. En: BERRY, By MARBLE, Duane (eds.) *Spatial Analysis: A Reader in Statistical Geography*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, p.479-495, 1968.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DAVIS, Mike. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. Londres: Verso, 1990.

DUNCAN, Otis y DUNCAN, Beverly. A methodological analysis of segregation indexes. *American Sociological Review*, v.20, n.2, p. 210–217, 1955. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2088328>. Acesso em: junho 2022.

ENTRIKIN, Nichola. Robert Park's Human Ecology and Human Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 70, n. 1, p.43–58, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2562824>. Acesso em: julho de 2022.

FEITOSA, Flávia. *Et al.* Global and local spatial indices of urban segregation. *International Journal of Geographical Information Science*, v.21, n. 3, p. 299-323,2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/220650505GlobalandLocalSpatialIndicesofUrbanSegregation>. Acesso em: julho 2022.

FRAZIER, Franklin. *The Negro Family in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 1932.

GETIS, Arthur. Spatial Autocorrelation. In: *Handbook of Applied Spatial Analysis*. Berlin: Springer. p. 255–275, 2010.

GETIS, Arthur. A History of the Concept of Spatial Autocorrelation: A Geographer's Perspective. *Geographical analysis*, v. 40, n. 3, p. 297-309, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1538-4632.2008.00727.x>. Acessado em: agosto 2022.

GETIS, Arthur. Spatial Interaction and Spatial Autocorrelation: A Cross-Product Approach. *Environment and Planning A*, v. 23, p. 1269-1277, 1991. Disponível em: doi: 10.1007/978-3-642-01976-0\_2. Acessado em; julho 2022.

GEARY, Roy. The contiguity ratio and statistical mapping. *The Incorporated Statistician*, v. 5, n. 3. p.115-145, 1954. Disponível em: DOI:10.2307/2986645. Acessado em: julho de 2022.

GORARD, Stephen. Measuring segregation - beware of the cautionary tale by Johnston and Jones. *Environment and Planning A*, v.43, n. 1, p. 3–7, 2011. Disponível em: doi:10.1068/a43309. Acessado em: junho de 2022.

GRAFMEYER, Yves; AUTHIER, Jean-Yves. *Sociologie urbaine*. Paris: Armand Colin, 2008.

GARROCHO, Carlos; CAMPOS-ALANÍS, Juan. Réquiem por los indicadores no espaciales de segregación residencial. *Papeles de Población*, v. 19, n. 77, 2013. Disponível em: <https://rppoblacion.uaemex.mx/article/view/8389>. Acessado em: outubro 2022.

HARRIS, Richard. Residential Segregation and Class Formation in the Capitalist City: A Review and Directions for Research. *Progress in Human Geography*, v. 8, n. 1, p. 26-49, 1984. Disponível em: doi:10.1177/030913258400800102. Acessado em: junho de 2022.

HARRIS, Richard. Measuring segregation as a spatial optimisation problem, revisited: a case study of London, 1991–2011. *International Journal of Geographical Information Science*, v. 30, n. 3, p.474-493, 2016. Disponível em: DOI: 10.1080/13658816.2015.1032973. Acessado em: junho 2022.

HARRIS, Richard. Measuring segregation? A geographical tale. *Environment and Planning A*, v. 43, n. 8, p. 1747–1753, 2011. Disponível em: doi:10.1068/a44148. Acessado em: junho 2022.

HARVEY, David. *Explanation in Geography*. London: Edward Arnold, 1969.

HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

HARVEY, David. 1975. Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation. In: *Processes in physical and human geography*, London: Heinemann Educational, Bristol essays, p. 354-69, 1975.

HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI, 1977.

HIEBERT, Daniel. Segregation. En: GREGORY, Derek; JOHNSTON, Ron; PRATT, Geraldine; WATTS, Michael; WHATMORE, Sarah. *The Dictionary of Human Geography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

HIEBERT, Daniel. Measurement of segregation. In: GREGORY, Derek et al (eds.) *Dictionary of Human Geography*. Oxford: Blackwell, 2009.

HOLLOWAY, Steven. "Residential Segregation," AAG International Encyclopedia of Geography, Wiley, 2017.

HOLLOWAY, Sarah; VALENTINE, Gill. Children's geographies: Playing, living, learning. London: Routledge, 2004.

ISARD, Walter. *Location and Space Economy*. Cambridge: MIT Press, 1956.

JAKUBS, John. A distance-based segregation index. *Journal of Socioeconomic Planning Sciences*, v. 15, n. 3, p. 129-141, 1981. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0038-0121\(81\)90028-8](https://doi.org/10.1016/0038-0121(81)90028-8). Acessado em: agosto de 2022.

JOHNSTON, Ron. Paradigms and revolutions or evolution? Observations on Human geography since the Second World War, *Progress in Human Geography*, v. 2, n. 2, p. 189-206, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030913257800200201>. Acessado em: agosto 2022.

JOSEPH, Isaac. L'École de Chicago. In: *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. p. 151-153, Paris: Belin, 2003.

KAPLAN, David y WOODHOUSE, Kathleen. Research in ethnic segregation ii: measurements, categories, and meanings. *Urban geography*, v. 26, n. 8, p.737-745, 2005. Disponível em: doi: 10.2747/0272-3638.26.8.737. Acessado em: julho de 2022.

KAPLAN, David y WOODHOUSE, Kathleen. Research in Ethnic Segregation I: Causal Factors, *Urban Geography*, v. 25, n. 6, p. 579-585, 2004. Disponível em; DOI:10.2747/0272-3638.25.6.579 Acessado em: julho de 2022.

LEHMAN-FRISCH, Sonia. Is Segregation a Spatial Injustice? Research Issues. *Annales de géographie*, v. 665-666, n. 1, p.94-115, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/ag.665.0094>. Acessado em: agosto 2022.

LOJKINE, Jean. *Le Marxisme, l'État et la question urbaine*. Paris: Presses universitaires de France, 1977.

LOJKINE, Jean. *El marxismo, el Estado y la cuestión urbana*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1979.

LUSSAULT, Michel. *La construcción social del espacio humano*, Buenos Aires: Amorrortu, 2015.

LUSSAULT, Michel. Ségrégation. In: *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, Paris: Belin, 2003.

MALOUTAS, Thomas. Editorial: Urban Segregation and the European Context. *The Greek Review of Social Research*, v. 133, n. 3, p. 3-24, 2004. Disponível em: DOI:10.12 681/grsr.9214. Acessado em: agosto de 2022.

MASSEY, Douglas. Reflections on the Dimensions of Segregation. *Social Forces*, v. 91, n. 1, p. 39-43, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/sos118>. Acessado em: agosto 2022.

MASSEY, Douglas y DENTON, Nancy. The dimensions of residential segregation. *Social Forces*, v. 67, n. 2, p. 281-315, 1988. Disponível em: doi:10.1093/sf/67.2.281. Acessado em: agosto 2022.

MARTORI, Joan Carles; HOBERG, Karen; SURINACH, Jordi. Población inmigrante y espacio urbano: Indicadores de segregación y pautas de localización. *EURE*, Santiago, v. 32, n. 97, p. 49-62, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612006000300004](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612006000300004). Acessado em: agosto 2022.

MERRY, Michael. Does Segregation Matter? In: BAKKER, Joep; DENESSEN, Eddie; WALVAREN, Guido; PETERS, *Dorothee International Perspectives on Countering School Segregation*, p. 249-260, Uitgever: Garant Uitgever, 2011.

MERRIFIELD, Andy. *Henri Lefebvre: a critical introduction*. New York: Routledge, 2006.

MERRIFIELD, Andy, SWYNGEDOUW, Eric Y HARVEY, David. *The Urbanization of Injustice*. London: Lawrence & Wishart, 1996.

MITCHELL, Don. 2003. *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space*. New York/London: Guilford Press, 2003.

MORAN, Patrick, The interpretation of statistical maps. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 10, p. 243-251, 1948. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.2517-6161.1948.tb00012.x>. Acessado em: agosto de 2022.

MORGAN, Berrie. 1975. The Segregation of Socio-economic Groups in Urban Areas: a Comparative Analysis. *Urban Studies*, v. 12, n. 1, p. 47-60, 1975. Disponível em: 10.1080/00420987520080041. Acessado em: agosto de 2022.

MORRILL, Richard, 1991. On the measure of geographic segregation. *Geography Research Forum*, v.11, p. 25-36, 1991. Disponível em: <https://grf.bgu.ac.il/index.php/GRF/article/view/91>. Acessado em: agosto 2022.

MÜLLER, Martin. More-than-representational political geographies. In: *The Wiley Blackwell companion to political geography*, p. 407-423, 2015.

MUSSET, Alain. *Ciudad, sociedad, justicia: un enfoque espacial y cultural*. Mar del Plata: Eudem, Universidad Nacional de Mar del Plata, 2010.

MUSTERD, Sako, 2020. Urban segregation: Contexts, domains, dimensions and approaches. In: *Handbook on urban segregation*. Edward Elgar Publishing, p.2-17, 2020. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/view/edcoll/9781788115599/9781788115599.00007.xml>. Acessado em: junho 2022.

NELLO, ORIEL, Efecto *barrio Segregación residencial, desigualdad social y políticas urbanas en las grandes ciudades ibéricas*. Valencia: Editorial Tirant Humanidades, 2021.

NIGHTINGALE, Carl. *Segregation: a global history of divided cities*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

PACIONE, Michael. *Urban geography—a global perspective*. London - New York: Routledge, 2009.

PARK, Robert. *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999. Disponível em: [https://www.academia.edu/4245532/La\\_ciudad\\_y\\_otros\\_ensayos\\_de\\_ecologia\\_urbana\\_Park\\_Robert\\_Ezra](https://www.academia.edu/4245532/La_ciudad_y_otros_ensayos_de_ecologia_urbana_Park_Robert_Ezra). Acessado em: agosto 2022.

PARK, Robert y BURGESS, Ernest. *The city: suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*. Chicago, London: University Of Chicago Press, 1925.

PORCEL LÓPEZ, Sergio. *Desigualdad social y segregación residencial: una relación compleja*. Madrid: Cáritas Española Editores, 2020.

POULSEN, Michael. Segregation. In: *International Encyclopedia of Human Geography*. Amsterdam: Elsevier, p. 63-69, 2009.

RATZEL, Friedrich. *Anthropo-géographie oder Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*, Stuttgart. J. Engel, 1882.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

REARDON, Sean y FIREBAUGH, Glenn. 2002. Measures of Multigroup Segregation. *Sociological Methodology*, v. 32, p. 33-67. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-531.00110>. Acessado em: julho 2022.

RUIZ-TAGLE, Javier. La segregación y la integración en la sociología urbana: revisión de enfoques y aproximaciones críticas para las políticas públicas. *Revista INVI*, v. 31, n. 87, p. 9-57, 2016. Disponível em: <https://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/62773>. Acesso em: julho de 2022.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. London: Routledge, 1996.

SMITH, Neil, 2002. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 427-450. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00249>. Acessado em: julho 2022

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, Edward. *En busca de la justicia espacial*. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

SPRIGGS, William. Measuring residential segregation: An application of trend surface analysis. *Phylon*, v. 45, n. 4, p. 249-263, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/274906>. Acessado em: julho de 2022.

VAILLANT, Mickaël, 2006. *Race et culture, les sciences sociales face au racisme: étude comparative de la genèse et des modalités de la rupture épistémologique de l'école durkheimienne et de l'école de Chicago avec la pensée racialisiste (fin 19e siècle-1945)*. 2006. Tese (Doutorado). Instituto de estudos políticos. Paris, 2006.

VASCONCELOS, Pedro et al. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

VAUGHAN, Laura y ARBACI, Sonia, 2011. The challenge of understanding urban segregation. *Built Environment*. v. 37, n. 2. p. 128-138, 2011. Disponível em: DOI:10.2 148/benv.37.2.128. Acessado em: julho 2022.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

WATERTON, Emma. More-than-representational landscapes. In: *The Routledge companion to landscape studies*. Routledge: London, p. 91-101, 2018.

WHITE, Michael. The measurement of spatial segregation. *The American Journal of Sociology*, v.88, n. 5, p. 1008–1018, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/227768>. Acesso em: julho de 2022.

WHITE, Michael. Segregation and diversity measures in population distributions. *Population Index*, v. 52, n. 2. p. 198-221, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3644339>. Acessado em: julho 2022.

WITHERICK, Michael, ROSS, Simon y SMALL, Jhon. *A Modern Dictionary of Geography*. London: Arnold, 2001.

WONG, David, A comparison of traditional and spatial measures of segregation: some empirical findings. In: *Multicultural geographies: Persistence and change in US racial/ethnic patterns*. Albany: State University of New York, p. 247-262, 2010.

WONG, David. Segregation índices. In: *International Encyclopedia of Human Geography*, Nigel. Amsterdam: Elsevier, p. 76-80, 2009.

WONG, D. W. S. Spatial decomposition of segregation indices: a framework toward measuring segregation at multiple levels. *Geographical Analysis*, v. 35, n. 3, p. 179-194, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1538-4632.2003.tb01109.x>. Acessado em: agosto 2022.

WONG, D. W. S. Spatial dependency of segregation indices. *The Canadian Geographer*, v. 41, n. 3, p. 128-136, 1997. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1541-0064.1997.tb01153.x>. Acessado em: março 2022.

WONG, David, 1993. Spatial Indices of Segregation. *Urban Studies*, v.30, n.3, p.559-572, 1993. Disponível em: doi:10.1080/00420989320080551. Acessado em: julho de 2022.

WRIGH, John. Some Measures of Distributions. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 4, p. 177-2011, 1937. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00045603709357166>. Acessado em: julho 2022.

WIRTH, Louis. The Ghetto. *American Journal of sociology*, v. 33, n. 1, 1927. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.1086/214333>. Acesso em: julho 2022.

ZORBAUGH, Harvey. *The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's Near North Side*. Chicago: University of Chicago Press, 1929.



---

### Igor Martins Medeiros Robaina

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Personal Docente Investigador / Ayuda María Zambrano / Next Generation EU - European Union – Departamento de Historia, Geografía y Comunicación da Universidad de Burgos. Professor Adjunto no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Paseo de los Comendadores s/n 09001, Burgos, España

E-mail: imartins@ubu.es

Orcid: 0000-0002-2188-5245

### Gonzalo Andrés López

Doutor em Geografia pela Universidad de Valladolid. Professor Titular de Geografía Humana no Departamento de Historia, Geografía y Comunicación da Universidad de Burgos. Professor no Programa de Pós-graduação em Patrimonio y Comunicación da Universidad de Burgos.

Paseo de los Comendadores s/n 09001, Burgos, España

gandres@ubu.es

Orcid: 0000-0001-9377-8695

### Carlos Hugo Soria Cáceres

Doutor em Geografia pela Universidad de Valladolid. Professor Ayudante Doutor de Geografía Humana no Departamento de Historia, Geografía y Comunicación da Universidad de Burgos.

Paseo de los Comendadores s/n 09001, Burgos, España

chsoria@ubu.es

Orcid: 0000-0003-1642-3457

---

Recebido para publicação em dezembro de 2022.

Aprobado para publicação em janeiro de 2023.